

A Educação Física no processo de higienização

Ana Regina Capelo* & Maria Regina Clivati Capelo**

Resumo

O artigo tem o objetivo de realizar uma abordagem histórico-sociológica sobre o papel político e ideológico que a educação física é chamada a desempenhar particularmente após o advento da modernidade capitalista. Trata-se de um estudo teórico que focaliza a deterioração das condições de vida nas cidades modernas, bem como o propósito capitalista de dispor de trabalhadores fisicamente aptos à exploração. Conclui que, embora a insalubridade tenha sido gerada pelo predomínio dos interesses burgueses, as classes sociais excluídas passam a ser culpadas pela falta de higiene operando-se a magia de transformar o problema econômico da pobreza em questão de higiene. Neste momento a educação física passa a ser instrumentalizada pelo capital. O valor e importância do texto está no tratamento histórico e sociológico que facilita a localização da educação física no contexto em que se reafirma como ciência.

Palavras-chave: Educação Física, higienização, controle social, função política.

CAPELO, A. R.; CAPELO, M. R. C.. A Educação Física no processo de higienização. *UNOPAR Cient., Ciênc. Hum. Educ.*, Londrina, v. 2, n. 1, p. 33-45, jun. 2001.

Introdução

O longo processo de formação das modernas cidades industriais suscitou, ainda que tardiamente, a implementação de políticas públicas de higienização que procuravam estabelecer meios propícios para a reprodução do capital¹. A carência de instituições capaz de garantir o controle da indisciplina social, bem como a falta de condições sanitárias nas aglomerações urbanas especialmente nas fábricas, era considerada como fator que, prejudicando a força de trabalho, afetava diretamente o ciclo reprodutivo do capital. Mais do que garantir a saúde dos trabalhadores estava em jogo a saúde do próprio capital.

Para tanto foram implementadas determinadas políticas públicas higienistas que fizeram da escola um espaço privilegiado para a disseminação de hábitos sociais adequados à realidade industrial. A educação física erigiu-se na sociedade e particularmente na escola, como a alternativa indicada para fortalecer a higidez física dos trabalhadores, tornando-os menos suscetíveis aos efeitos nocivos do trabalho e das condições insalubres das cidades.

Tomando como fio condutor essa perspectiva de análise, o presente documento tem o objetivo de apontar traços histórico-teóricos do processo de higienização entendido como produto da sociedade moderna-industrial. Além de tratar da ocorrência da higienização no Rio de Janeiro e em São Paulo, aborda a educação física como uma importante estratégia política utilizada para garantir a saúde do trabalhador até onde os interesses lucrativos do capital permitiam.

* Aluna de Pós Graduação em GRD/UNOPAR.

** Professora de Sociologia/UEL. Rua Espírito Santo, n.87, apto. 601. Londrina (PR). CEP 86010-510. E-mail: <capelo@sercomtel.com.br>

¹ A adoção de medidas sanitárias só ocorreu em decorrência de movimentos populares que pressionaram governos e patrões a melhorar as condições de vida e de trabalho. Contudo, a história dos movimentos organizados por trabalhadores, especialmente na Inglaterra, está documentada por renomados pesquisadores, de modo que não é esta a preocupação deste estudo. O mesmo ocorre com a formação das cidades industriais que são tomadas como espaços desencadeadores do processo de higienização.

No contexto da Revolução Industrial: corpos adestrados para o trabalho

A revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra entre os séculos XVIII e XIX, constituiu um amplo fenômeno de transformação econômica, social, cultural e política. Com o avanço do revolucionamento dos meios de produção, as estruturas estáveis da sociedade feudal entram em estado de agonia dando lugar a uma nova forma de produzir a vida em sociedade. As cidades passaram a representar a modernidade. As populações expropriadas do meio rural que para elas acorriam se deparavam com locais desprovidos até mesmo das mínimas condições de sobrevivência. A desorganização e o caos urbano eram os efeitos mais visíveis.

A modernidade da cidade prometia emprego, estabilidade e melhores condições de vida em contraste com a brutalidade do trabalho rural. Marx (1985), em sua obra clássica “O Capital”, denuncia e analisa as condições insalubres, violentas e exploratórias a que foram submetidos os trabalhadores (grande parte mulheres e crianças) nas fábricas inglesas. Longe de pretender analisar os efeitos dessa revolução, entende-se que a degradação das condições sanitárias nas fábricas inglesas constituiu-se como um dos pilares sobre o qual assentou a acumulação capitalista.

A resistência dos trabalhadores a esse processo é uma longa história de pequenos, porém, grandes avanços que foram opondo certos obstáculos a avidez do capital. Assim sendo, a cidade moderna abrigando a indústria, passou a ser o “*locus*” de concentração populacional e também de novos problemas sociais que, ao longo da história da modernidade, se constituíram em velhas reivindicações por parte dos trabalhadores. De acordo com Martins,

estas cidades passavam por um vertiginoso crescimento demográfico, sem possuir, no entanto, uma estrutura de moradias, de serviços sanitários, de saúde, capaz de acolher a população que se deslocava do campo. Manchester, que constitui um ponto de referência indicativo desses tempos, por volta do início do século XIX era habitada por setenta mil habitantes; cinquenta anos depois, possuía trezentas mil pessoas. As conseqüências da rápida industrialização e urbanização levadas a cabo pelo sistema capitalista foram tão visíveis quanto trágicas: aumento assustador da prostituição, do suicídio, do alcoolismo, do infanticídio, da criminalidade, da violência, de surtos de epidemia de tifo e cólera que dizimaram parte da população etc. É evidente que a situação de miséria também atingia o campo, principalmente os trabalhadores assalariados, mas o seu epicentro ficava, sem dúvida, nas cidades industriais (1982, p. 13-14).

Acontecimentos como esses atingiram em cheio a Europa Ocidental e especialmente a Inglaterra que é o berço da sociedade moderna-industrial. Dobb (1973) explica que por volta de 1840 havia a incidência de altas taxas de mortalidade.

Esse aumento, mais acentuado como se mostrou entre as crianças pequenas nas cidades grandes, foi claramente produto das aperturas econômicas e das condições nas novas cidades fabris do período, com seus barracões insalubres e porões fétidos, campos de cultura de “febres infecciosas e nervosas” e “desarranjos pútridos de tifo” e mais a cólera [...]. (p.334).

Nesse período o trabalho infantil foi largamente utilizado por força de equipamentos ainda rudimentares na nascente indústria têxtil. Os dedos ágeis e delicados de crianças e mulheres garantiam uma textura menos rudimentar e tosca aos tecidos. No entendimento de Marx e Engels, o uso capitalista das crianças precisava ser refreado. Para tanto passam a defender, junto aos movimentos organizados, a “força de trabalho infantil da voracidade dos fabricantes, bem como dos abusos cometidos pelos próprios pais” que se obrigavam a “comercializar” a força de trabalho de seus filhos como se fossem

verdadeiros escravos expostos no mercado. O movimento operário reivindicava a regulação do trabalho infantil e a obrigação dos fabricantes de garantir escolas para crianas-trabalhadoras.

Tratava-se de escolas precárias que, ao primeiro olhar já denunciavam que a última possibilidade era o ensino e a educao, já que eram escolas de exclusão com mestres quase analfabetos e ambientes insalubres, geralmente no interior das próprias fábricas ou das mor dias dos trabalhadores, como ocorria por volta de 1861, na Inglaterra². Para escamotear as exigências, ainda incipientes, da legislao que ia sendo forjada pela resistência organizada dos trabalhadores, os fabricantes apresentavam falsas alternativas tais como: escolas de meio-dia, ensino mútuo ou escolas noturnas que, de modo geral, nada ensinavam, pois o tempo era muito curto ou as crianas estavam em tamanho estado de esgotamento físico que apenas dormiam. Submetidas a longas jornadas de trabalho e impelidas a executarem os mesmos movimentos contínuos e repetitivos apresentavam s rios problemas de saúde física (atrofias, tuberculose, entre outras enfermidades) com reduzida expectativa de vida.

A Educao Física aparece, nesse contexto, como uma alternativa de duplo sentido. Para os capitalistas interessava garantir a sobrevivência das crianas e dos trabalhadores na medida em que fosse mantida a viabilidade econômica da explorao de suas capacidades laborais. Era uma forma de adestrar os corpos dos trabalhadores para que se tornassem mais produtivos e menos absenteístas, isto é, potencialmente mais úteis ao capital. O desenrolar da história mostra que os fabricantes, reapropriando-se das reivindicaes trabalhistas e burlando os avanos legislativos que iam sendo conquistados, desenvolveram a escola que lhes interessava³.

Na perspectiva das classes trabalhadoras, a educao (nela incluindo a ginástica) era uma forma de reduzir o tempo da jornada de trabalho, associando trabalho produtivo e escolarizao. Assim sendo, por parte dos trabalhadores essa educao era uma proposta, uma reivindicao para todas as crianas acima de certa idade. Tratava-se de uma tentativa de garantir condies mínimas de salubridade e segurana para o desempenho das tarefas produtivas. As organizaes trabalhistas, neste primeiro momento da industrializao, concebiam a união do “trabalho produtivo com ensino e ginástica, não são como um método de elevar a produo industrial, mas como único método de produzir seres humanos desenvolvidos em todas as dimensões”. (MARX, 1985, p. 87)

De 1866 datam textos que fornecem informaes importantes sobre o ensino da educao física que deveria materializar-se, de acordo com Nogueira (1993, p. 167), na forma de

“exercícios gin sticos e militares” [...]. O século XIX, ao edificar os primeiros sistemas de exercícios gin sticos, vai assinalar a introduo de educao física na escola enquanto uma matéria do currículo. Ela se desenvolver  sobretudo a partir da escola primária. [...] tendo por objeto a história do ensino da postura corporal.

Através da ginástica, a educao física seria capaz de incorporar a criana na escola, favorecendo-lhes o rigor do corpo. Mais do que isso, era necessário dotar crianas (em especial os filhos dos trabalhadores) de comportamentos e atitudes adequados ao modo de vida urbano-industrial, apagando suas raízes e marcas culturais – desterritorializando-as – desqualificando seus saberes e substituindo-os por práticas entendidas como racionalizadas propícias ao progresso. Essas práticas visavam   sujeio dos corpos e mentes de crianas das classes populares ao trabalho moderno fabril, ao mesmo

² Ver especialmente o capítulo XIII - Maquinaria e Grande Indústria em: MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 7-102.

³ Na contemporaneidade, indústrias “high tech” criam programas próprios de formao e qualificao dos trabalhadores para desenvolverem pesquisas que frutifiquem em novas mercadorias. Além disso, a pretexto de valorizar a dimensão emocional dos trabalhadores, aplicam atividades específicas de educao física, lazer e turismo para garantir o uso capitalista da fora de trabalho. Não se pretende aqui negar a importância de tais programas para os trabalhadores, apenas se questiona o uso instrumental e capitalista que se faz desse campo do conhecimento.

tempo em que abrandaria “danos causados à saúde das crianças operárias pelo trabalho precoce ou prolongado na fábrica.” A educação física embora considerada importante para todas as pessoas era, conforme Nogueira,

indispensável sobretudo às classes trabalhadoras, para quem ela representa um ganha-pão e uma salvaguarda. Hoje mais do que nunca, ela é necessária para proteger-lhes da influência perniciosa das várias indústrias que, em sua sede de ouro, se apoderam do homem desde a infância, constroem o seu corpo, viciam o ar que ele respira apagando da sua frente a esperança da juventude (1993, p. 169)

As propostas de educação formuladas por Marx e Engels, ao longo de suas vidas, tinham a finalidade mais direta de atender às necessidades revolucionárias dos trabalhadores e, de modo geral, foram apresentadas enquanto participavam de reuniões das Associações de Trabalhadores. As propostas incluíam três tipos de estudos: 1- **tecnológicos** considerados imprescindíveis frente às mudanças técnicas que caracterizaram a primeira Revolução Industrial. Compreenderiam princípios gerais e científicos próprios do processo produtivo e implicavam no manejo dos equipamentos de trabalho; 2- estudos **intelectuais** que incluíam disciplinas consideradas (ingenuamente) como “neutras”, tais como a gramática, as ciências naturais; 3- a **educação corporal** ou educação física como uma matéria de ensino destinava-se à necessária “disciplinarização e adaptação das primeiras gerações de crianças das camadas populares ao universo escolar e às práticas ditas ‘racionalizadas’ (hábitos de higiene, representação de tempo/ espaço etc)” (NOGUEIRA, 1987, p. 112).

Como um reflexo do contexto em que vivia, Marx e outros pensadores contemporâneos, defenderam a prática de uma educação física assemelhada aos exercícios militares, exclusiva aos meninos. Essas práticas teriam finalidades disciplinares, de formação de “milícias populares”. As atividades intelectuais e as físicas possuíam, no pensamento Marxiano, a mesma importância pois se constituíam como fundamentais para a preparar jovens revolucionários.

Entre os sociólogos, Émile Durkheim (1858-1917) dedicou parte importante de seus estudos à questão da educação. Por isto pode ser referido como o pai da Sociologia da Educação. Recusando a antiga moralidade fundada no predomínio da religião que organizava toda a vida social, dedicou-se à tarefa de elaborar os fundamentos de uma ciência da educação moral laica. Informando-se na Psicologia e na Sociologia, Durkheim organiza suas idéias, ensinando aos professores primários o que eles deveriam fazer para formar “moralmente” seus alunos, sem, no entanto, ignorar os princípios científicos. As bases da moral Durkheimiana deviam ser apreendidas pela criança assim que “sai do domínio familiar”, isto é, tão logo adentre para o domínio público da escola. Essa educação constituir-se-ia por meio da disciplina, do espírito social (predomínio da sociedade sobre a vontade individual) e da autonomia da vontade. O educador desempenha a atividade de configurar na criança esse estado moral necessário à sobrevivência da sociedade, pois os indivíduos são, ao mesmo tempo, eles mesmos e o ser social (representado através das normas, crenças e valores sociais que habitam nos indivíduos). Para Durkheim a educação deveria incluir a atividade física, moral e intelectual.

Se o estado do meio social inclina a consciência social para o ascetismo, a educação física será relegada a plano secundário. É o que se produziu, em parte, nas escolas da Idade Média; e esse ascetismo era necessário, porque a única maneira de adaptação às concepções da época era tê-lo em apreço. Tal seja a corrente de opinião, a educação física será de uma ou de outra espécie. Em Esparta, tinha por objeto especialmente enrijar os membros para resistir à fadiga; em Atenas, era um meio de tornar os corpos belos à vista; nos tempos da cavalaria, pediam-se-lhe guerreiros ágeis e flexíveis; *em nossos tempos, não tem senão um fim higiênico, preocupando-se especialmente em corrigir*

os efeitos danosos da cultura intelectual muito intensa. (DURKHEIM, 1978, p. 44; grifo nosso).

Também Durkheim volta sua atenção para a necessidade de estabelecer uma ordem na cidade, pois em sua perspectiva a Revolução Industrial, ainda que fosse positiva e benéfica, teria trazido o caos social, a desordem. Por isto ele propõe uma educação capaz de regenerar moralmente as massas. Mas, nesse empreendimento cada segmento social teria funções definidas a serem cumpridas. À escola incumbia disseminar formas de higienizar as massas de modo a regenerá-las moralmente, conformando-as a viverem tal como a sociedade impunha.

A higienização no Brasil: entre os séculos XIX e XX

Fazendo um salto na história, ainda hoje não se pode afirmar que a precariedade das condições sanitárias que caracterizaram a formação das cidades fabris e dos locais de trabalho no séc. XIX, são fatos totalmente superados. Situações semelhantes de altas taxas de mortalidade, insalubridade, incidência de epidemias, doenças infecciosas e outras, serão reproduzidas em regiões nas quais o capitalismo se fez adentrar posteriormente. De modo que o século XX assiste à repetição de processos tais como os cercamentos que possibilitaram a delimitação da propriedade privada e os clareamentos que, por ordem da burguesia ascendente e das armas, substituíram homens, mulheres e crianças que habitavam os campos, pela matéria prima da nascente indústria têxtil inglesa – os carneiros.

De acordo com Rocha (1996)⁴, no Brasil o processo de higienização tomou corpo especialmente após o séc. XX, quando a industrialização tem início e a partir de 1920 quando se materializa na forma de uma espécie de degenerescência da sociedade a qual

corresponderá um projeto de normatização, que visará a enquadrar a população, nos mais diversos aspectos da vida cotidiana. No interior desse projeto, a educação será chamada a desempenhar um importante papel – a formação de um trabalhador dócil, submisso e, ao mesmo tempo, produtivo. Na luta contra a degenerescência do “organismo social”, o projeto pedagógico engendrado pelo saber médico buscará gerir a vida dos homens, sobretudo dos pobres, tendo em vista, por um lado, aumentar a sua utilidade econômica, ou seja, a produtividade do seu trabalho e, por outro, minimizar a sua força política, diminuindo-lhes a capacidade de revolta e tornando-os dóceis. Possibilidade de produção de um novo cidadão, por meio do adestramento dos corpos e dos espíritos. (ROCHA 1996)

Conforme Nelson Werneck Sodré (1974) o desenvolvimento de relações capitalistas, no Brasil, foi muito lento no século XIX, entretanto após a primeira guerra mundial (1914/1918) ganhou celeridade e expandiu-se transformando radicalmente as relações sociais estabelecidas até o advento da primeira república (1889/1930). É nesse período que se pode falar na emergência de uma política higienista que terá como objeto a assepsia dos pobres e o controle de suas formas de vida, consideradas ameaçadoras à estabilidade da burguesia urbana.

O final do século XIX é marcado por fatos que anunciavam o advento da modernidade econômica. A **abolição da escravidão**, tardiamente oficializada, marcou tanto o início de um processo de urbanização para o qual as aglomerações urbanas não estavam preparadas, como também, o esgotamento de um modelo econômico essencialmente agrário-exportador, fundado na exploração

⁴ ROCHA, Heloisa Pimenta. *Pedagogia da boa higiene: uma leitura do discurso médico-pedagógico nos anos 20* In: ANPED, 1996. (Texto gravado em disquete, sem paginação)

do trabalho escravo. A modernidade era representada, nesse momento, por relações assalariadas de trabalho, ainda que não regulamentadas, pela possibilidade de desenvolver uma indústria nacional e também pela força que a idéia da República ganhava na sociedade nacional.

A República aparecia como a forma de governo moderna, capaz de romper com as estruturas conservadoras e atrasadas da Monarquia que já não correspondia à realidade econômica, social e política do país. O fim do trabalho escravo levou à ruína o latifúndio monocultor, principalmente no Rio de Janeiro, onde havia florescido uma sociedade formada por fazendeiros opulentos. Contudo, essa situação foi se reproduzindo nos locais onde se formavam outras fazendas ou engenhos retardatários.

Com a abolição da escravidão, a oferta de mão de obra suplantou a procura, mas mesmo assim a imigração estrangeira era admitida como forma de garantir o povoamento do país em locais onde a “civilização” ainda não havia chegado, isto é, fora do RIO e de SP que eram as cidades que mais cresciam.

É interessante verificar que o termo “civilização”, deve ser entendido como reflexo das forças capitalistas que adentram numa dada realidade. À medida em que acontece o desmatamento e a formação de aglomerações urbanas, bem como o estabelecimento de uma igreja e de uma escola de “primeira letras”, os sertões são expropriados das populações nativas e passam, a ser propriedade privada. No início do século XX, principalmente depois da primeira guerra mundial, o café se mantinha como a grande riqueza brasileira, mas o parque industrial brasileiro crescia e se concentrava quase totalmente nas cidades de São Paulo e Guanabara (atual Rio de Janeiro). Essas localidades passaram a viver também todos os problemas característicos das áreas urbanas de capitalismo mais desenvolvido: concentração dos expropriados da terra, dos cidadãos que não dispõem de outra forma para garantir a sobrevivência a não ser que vendam sua própria força de trabalho.

Os miseráveis, concentrados nas grandes cidades, contraditoriamente se põem como sério problema para a burguesia urbana nascente, isto é, enquanto os pobres estavam subordinados à relações de trabalho servis no campo, encontravam-se dispersos e não eram visualizados como problema social e político. A partir do momento que se concentraram nas cidades, a burguesia urbana sente-se ameaçada pelos pobres. Estes, por sua vez, diante da absoluta omissão dos poderes instituídos, encontram formas alternativas de sobreviver, sem as mínimas condições infra-estruturais, favorecendo a proliferação de doenças que também ameaçam a burguesia incluída. Concentrados nas grandes cidades ofereciam perigo constante à hegemonia burguesa, por isso era preciso encontrar meios para controlar essa periculosidade. De outro lado, esses pobres, na condição de trabalhadores, precisavam ter suas capacidades laborais preservadas.

A capital federal, o Rio de Janeiro, tornou-se uma grande feira onde tudo era comercializado, tinha ruas estreitas, vielas sujas e becos repletos de lixo. A cidade se tornou o novo lar de escravos libertos, imigrantes de todas as partes traziam algo para comercializar. Rocha (1996) entende que nesse momento as políticas trataram de “regenerar moralmente as massas” e complementa

Eis a aventura a que se lançam os homens ilustrados, nas décadas iniciais do século XX! Nesse empreendimento, médicos, higienistas e sanitaristas, investidos da autoridade da ciência, apresentar-se-ão como os mais abalizados artífices – detentores de um saber capaz de dar respostas às necessidades de higienização da cidade, de crescimento econômico do país e de formação de trabalhadores saudáveis, física e moralmente.

Na mesma direção Monarcha (1990, p. 104), escreve

Médicos, higienistas, pedagogos, alienistas, engenheiros, filantropos etc., em resumo: a comunidade de homens cultos passou a invadir o mundo do trabalho, emitindo discursos neutros e frios, científicos, com a finalidade de moralizar e

regenerar o insubordinado e andrajoso operário urbano, procurando dissuadi-lo de sua autonomia e convencê-lo da infinita superioridade da sociedade do trabalho.

De fato, a higiene era escassa e necessária. Havia insetos, restos de comida pelo chão próximos às vendas gerando doenças, saneamento público era serviço que não existia. As moradias de boa parte da população estavam em cortiços que não dispunham de água nem esgoto. No cais do porto nenhum turista desembarcava pois, mesmo sendo o Rio uma cidade de grandes belezas naturais, tinha um porto com terrenos alagadiços e mal cheirosos, onde o mosquito da febre amarela se multiplicava na época do verão matando principalmente estrangeiros. No inverno, era a varíola que assolava a cidade. Havia ainda a cólera, a peste bubônica (devido a infestação dos ratos). Os tuberculosos que não conseguiam tratamento em hospitais, continuavam a transmitir a doença em cortiços e favelas.

Assim, com a chegada do verão, os ricos fugiam da capital federal, que nesta época ficava abandonada e se dirigiam para Petrópolis em suas chácaras. Até mesmo o presidente tomava essa atitude e a capital ficava entregue aos ratos, insetos e aos pobres. Deste modo, o maior desafio do governo era tornar a capital habitável o ano todo.

“As moléstias contagiosas, tuberculose, febre amarela, cólera, evoluíam com o aumento da pobreza, mas não se tratava apenas de controlar a proliferação da doenças, os focos de infecção, os ‘miasmas e germes’” (RAGO, 1985, p. 167).

Continua Rago: “Trata-se de controlar as formas de vida dos pobres e isso significava o controle institucional do próprio corpo, justificando a oficialização de uma série de multas e leis proibitivas dos cortiços” (1985, p. 171).

Exigem as construção de latrinas, janelas, lixeiras etc... todas as medidas são tomadas para eliminar “os cheiros fétidos” da miséria humana, mantendo os excluídos numa pobreza higienizada⁵. Portanto, os pobres e despossuídos (os trabalhadores) precisavam ser controlados em seus hábitos desregrados, em suas formas de vida bastante livres e até mesmo nas condições de asseio de suas próprias moradias, isto é, o controle se operava tanto no domínio público quanto no domínio privado. Isso significava a disseminação de campanhas de vacinação que eram necessárias para manter a vida social, mas não implicavam em eliminar a pobreza e sim em mantê-la sob controle, para garantir a hegemonia da classe dominante.

Com o intuito de atrair imigrantes e capital estrangeiro, Rodrigues Alves (Presidente da República entre 1902 e 1906) ficou conhecido por suas obras de remodelação e saneamento do Rio de Janeiro. Assim, liberou verbas para serviços de higiene na capital e nomeou Dr. Oswaldo Cruz diretor da Saúde Pública. Sua primeira atitude foi eliminar a peste: homens foram devidamente vacinados e recrutados para percorrer armazéns, becos e cortiços recolhendo o lixo e os ratos. Para exterminá-los totalmente estes homens ofereciam dinheiro às pessoas que os capturassem.

O próximo passo foi a erradicação da febre amarela, a eliminação de alagados no porto e inspeções domiciliares. O método autoritário de Oswaldo Cruz encontrou resistência da população, que na verdade causada por problemas de origem política e econômica. Restava a varíola, e para esse mal foi instituída a vacinação obrigatória, que causou a Revolta da Vacina, deixando o Rio em estado de sítio.

Tudo isso serviu de pretexto para atentados e protestos contra o governo, que resistiu e a vacinação em massa foi feita fazendo com que a varíola desaparecesse do Rio em questão de meses. Além dessas medidas, a cidade foi totalmente remodelada e reconstruída, de forma que contribuísse para a manutenção da higiene e valorizasse as belezas do local.

⁵ A expressão popular “pobre limpinho” enuncia com clareza a permanência da ideologia do higienismo entre nós. Significa que se o pobre estiver higienizado não oferece perigo aos incluídos, mas se estiver “sujo” torna-se perigoso. A limpeza escamoteia a miséria, na medida em que o problema da pobreza é transformado em questão de higiene.

Não só as formas de vida e os corpos dos despossuídos são controlados, também a própria morte e o modo como os pobres lidavam com os mortos. Criam-se as chamadas “vilas operárias” como forma de tornar cordatos os trabalhadores e disciplinarizar seus corpos adequando-os ao mundo do trabalho industrial. Para tanto os industriais, associados aos governos locais, destruíram os cortiços e estabeleceram casas devidamente higienizadas, em vilas com quadras de esportes, creches etc.. para que os operários ficassem submetidos servilmente ao patrão e aptos à exploração do trabalho, evitando que frequentassem bares, bordéis ou locais suspeitos. O servilismo e o submetimento eram garantidos não apenas pelas medidas higienizadoras, mas também pela conivência da igreja aos patrões. Duarte explica que, no início do século XX, os empregados domésticos levavam a pobreza para dentro das casas dos ricos. Eles

representavam o livre trânsito da miséria – com sua feiura, seus cheiros, sua aparência mulamba, suas ignorância, suas doenças e taras –, pela cidade; por isso atraíam sobre si imensa carga de desconfiança, aversão e, no limite, terror. Quanto ao desprezo, ele é o resultado das percepções que caracterizam os domésticos como portadores de um potencial nocivo que poderia, a qualquer momento, contaminar toda a sociedade. (DUARTE, 1992, p. 185)

As empregadas domésticas também eram suspeitas de imoralidades, por isto passaram a ser objeto de uma educação (garantida por meio de programas de assistência social) que visava moldá-las, desde cedo, para a submissão a suas patroas. Portanto a boa empregada passou a ser aquela higienizada, forte, saudável que não oferecia riscos à saúde dos seus patrões mas, ao mesmo tempo, incorporava valores morais das patroas e agia como uma escrava. Tratava-se de substituir a violência do pelourinho pela introjeção de valores tais como a austeridade, a dedicação ao trabalho e a previdência na mentalidade dos trabalhadores, como um eficiente modo de garantir a exploração.

Em síntese, na passagem entre o século XIX e o século XX, especialmente nos primeiros anos do novo século, os pobres urbanos tornaram-se objeto de campanhas de vacinação, políticas de saneamento e higienistas que visavam eliminar os focos de doenças e epidemias que contaminavam os pobres que compunham a classe trabalhadora.

O controle das epidemias era uma medida de economia, pois trabalhadores doentes representavam prejuízos para os industriais, para a classe dominante. Portanto, era necessário controlar todos os riscos que ameaçavam a estabilidade econômica, política e social da burguesia urbana. As políticas higienistas estavam alinhadas com esse propósito, pois se tratava de sanear e conformar os corpos dos operários à disciplina do trabalho capitalista.

A Educação física como forma de higienização

Em sua obra clássica “Da Educação Física”, Fernando de Azevedo ressalta o valor dos exercícios físicos, afirmando

Não cremos possa pairar dúvida sobre nossa opinião a respeito do incalculável valor *higienizante, morfogênico e moralizador* do exercício. Ao contrário, parece-nos refletir com limpidez nosso pensamento [...], em que nos esforçamos por demonstrar os grandes benefícios de que nos pode ser portadora a educação física, desde que o seu ensino presida o critério pedagógico e seja ela rigorosamente calcada em moldes racionais e científicos. Mas não basta que a educação física seja científica e ministrada por um pessoal de competência acima de toda a crítica. É mister também que a célula social [...] tenha em todos os momentos da vida, especialmente na infância e na puberdade, aqueles

auxílios e cuidados higiênicos que requer todo o organismo para expandir-se em evolução hígida e franca. (AZEVEDO, 1960, p, 202; grifo nosso)

O conteúdo “higiênico, moralizante e morfogênico” da Educação Física é ressaltado como uma força capaz irradiar saúde pública e moralidade. Além disso teria a capacidade de imprimir “harmonia, equilíbrio e vitalização” aos meninos e meninas. O teor higiênico, amplamente difundido pelos higienistas, muitas vezes nem precisava ser justificado, pois seus resultados eram evidentes. A prática de exercícios físicos, especialmente ao ar livre (conforme recomendavam) constitui uma das bases mais importantes da saúde individual. O conteúdo moralizante referia-se, principalmente, ao fato de que os exercícios físicos substituiriam o vício, a preguiça e degenerescência moral evitando que os jovens se desviassem para mundos paralelos do carteadado, da boemia etc..

A função morfogênica dos exercícios estariam amparadas numa “influência derivativa e moralizadora: derivam a mocidade de um meio higiênico e distraíndo-a, além de fortificarem o organismo, dão-lhe hábitos de energia, esforço e disciplina e todas estas qualidades físicas e morais úteis para a vida. (AZEVEDO, 1960, p. 209).

A introdução da Educação Física nos currículos escolares aconteceu desde o final do século XIX e, além dos objetivos que lhe são peculiares, a ela foram atribuídas uma série de outras funções, entre as quais a de normalizar a alimentação e de garantir a necessária “higiene alimentar” das crianças. A Educação Física escolar sistematizada veio acompanhada de todas as possibilidades e vicissitudes determinadas pela modernidade capitalista que estabelecia novas formas de produção da vida, novo estilo de vida e de sociabilidade. Para tanto se impunha a construção de novos homens, conformados, em corpos e mentes, à realidade econômica, social e política emergente.

Conforme foi visto anteriormente, os médicos higienistas assumem a dianteira das políticas que procuravam apagar hábitos característicos dos grupos sociais considerados nocivos ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Na verdade tratava-se de substituir suas culturas por uma nova cultura apropriadamente favorável ao processo de acumulação capitalista, por isto os portadores de saberes e fazeres diferentes do modelo forjado pelos higienistas são nominadas e classificadas como indolentes, preguiçosos, desinteressados, letárgicos etc. Todos esses adjetivos indicam também traços patológicos.

Na verdade, os diferentes grupos sociais passam a ser analisados como se não fossem portadores de culturas, ou simplesmente são patologizados, isto é, suas especificidades culturais são transformadas em doenças que precisam ser curadas, saneadas. Azevedo (1960, p. 207) explica.

[...] nos grandes centros para onde emigra a população rural em busca de salário mais elevado. Aí – nessas cidades industriais e superpovoadas vivem as crianças na promiscuidade das ruas insalubres ou de cortiços malsãos, onde, a preço de saúde, se vão os meninos iniciando na vida de tunantes⁶, que o meio fomenta, e na prática de vícios, que o mau exemplo estimula, quando a educação física popularizada, ao alcance de todos, poderia transformar essas pequenas células sociais em preciosos elementos de energia e trabalho.

De fato, as cidades apresentavam problemas. Mas a questão da higienização, se concentrava nas classes populares que passam a ser culpadas de viver em situação de marginalidade social e econômica. Além disso são entendidas de modo homogêneo como se não houvessem diferenças no interior da

⁶ TUNANTE, de acordo com o Aurélio, significa: vadio, vagabundo, trapaceiro.

classe trabalhadora. Trata-se de um discurso (associado à práticas higienistas e eugenistas) que retira toda a responsabilidade das classes dominantes na produção da miséria social e culpabiliza grupos sociais pobres e miseráveis que não se enquadravam, por razões étnicas, culturais e econômicas no modelo de homem desejável para o capitalismo.

A concentração populacional nas áreas urbanas impelia os higienistas à projetos arquitetônicos de praças, quadras e piscinas coletivas, nas quais as práticas desportivas eram visualizadas como medidas higienizantes. Azevedo (1960, p. 206) afirmava que

A organização de praças e campos para jogos – campos suburbanos e intra-urbanos – e de piscinas de natação, não é, apenas, medida que visa generalizar os benefícios inestimáveis do exercício higiênico e erigir a educação física à altura de uma instituição nacional, mas se deve considerar também como uma contribuição valiosíssima para a solução deste problema de higiene social, cuja gravidade é tanto maior, quanto mais intensamente a população se for concentrando nos grandes centros, [...] e quanto mais forte, portanto for o êxodo da população rural [...].

Rocha (1996) entende que os pobres passam a ser vistos como pessoas que precisavam ser regeneradas, cuja moralidade era incompleta e que possuíam uma tendência “natural” para o desfrute do ócio. Os higienistas recorrem, então, à Educação Física como atividade que garantiria a regeneração e a devida civilização dos pobres, dos trabalhadores despossuídos.

Mas, a Educação Física sozinha e desacompanhada da escola não faria cumprir a missão civilizadora e colonizadora, era preciso resolver o problema do analfabetismo. Escolas e igrejas emergem como instituições capazes de operar o submetimento das mentes e corpos das crianças, entendidas como trabalhadoras em potencial. A escola será a mediação por excelência para garantir a concretização do processo civilizatório.

O analfabetismo passa a ser encarado como uma doença que exige um tratamento de urgência, pois atinge, nos anos de 1930 proporção de calamidade pública. Rocha (1996), citando Carvalho (1986, p. 98), afirma:

A inegável gravidade da questão sanitária no país reforçava o poder persuasivo da propaganda educacional. Além disso, a metáfora sanitária é recurso retórico de grande eficiência sensibilizadora: a imagem negativa e um tanto abstrata da ausência de educação é substituída, com vantagem, pela imagem concretizante da doença que induz a imaginação do ouvinte a visualizar, no horror análogo do câncer ou da degenerescência física, os malefícios da situação educacional do país.[...]

Afirma ainda a autora:

O analfabeto seria, nessa concepção, vítima do seu próprio veneno, na medida em que, pela sua ignorância, não só contrairia as doenças, como seria o agente disseminador das mesmas [sic], cabendo-lhe, deste modo, o epíteto de “maior inimigo da saúde”. Se o analfabetismo encerra os indivíduos nas trevas da ignorância, transforma-os, por essa via, nos inimigos por excelência do projeto de higienização da cidade-sociedade, afastando-os dos padrões morais necessários à construção de uma sociedade civilizada.

Em oposição ao analfabeto “agente disseminador de doenças”, se colocava o homem/trabalhador desejável. Tratava-se de um tipo ideal representado por corpos saudáveis, robustos e produtivos.

Mas isso não bastava era preciso que esses corpos fossem alfabetizados e educados para a submissão e para a docilidade. Assim a escola passa a ser o local da homogeneização, hierarquização social e seleção dos mais aptos fisicamente para o trabalho produtivo e dos mais aptos para cargos diretivos, aos quais incumbiria a condução dos destinos da nação.

O professor, na escola primária, será o controlador, cujo poder baseado na racionalidade da ciência pedagógica, justifica proibições, punições e outras formas disciplinares que domesticam e colonizam o reino infantil. Antes de tudo, crianças (trabalhadores potenciais) e trabalhadores reais precisavam ser moralizados e convertidos, com a ajuda das escolas, à lógica do capital, isto significava para os higienistas, que os pobres, desde pequeninos, deveriam ser “moralizados” e “regenerados”.

Rago destaca que “a criança foi percebida pelo olhar disciplinar, atento e intransigente, como elemento de integração, de socialização e de fixação indireta das famílias pobres, e isto antes mesmo de afirmar-se como necessidade econômica e produtiva da nação” (1985, p. 118).

Nesse contexto, a educação física emerge nos currículos escolares como umas das formas capazes de imprimir a necessária disciplina e submissão de seus corpos e mentes. Todo esse preparo dar-se-ia antes mesmo das crianças estarem integradas no mundo do trabalho. Tratava-se, portanto de um discurso que colocava em primeiro plano a questão da saúde da população, preocupava-se em formar cidadãos saudáveis, fortes e bem preparados mas, fundamentalmente, para o uso capitalista da força de trabalho.

Através da ginástica, do desporto e dos jogos recreativos, os hábitos do povo iam sendo traduzidos em atitudes saudáveis para os indivíduos e para a vida em sociedade. Isso significa que a educação física e a educação, em geral, eram vistas como meios muito fortes e eficazes para resolver o problema da saúde pública e para integrar, de modo subalterno, os futuros trabalhadores/pobres, de modo subalterno, no mercado de trabalho.

Concebe-se, então, que através de práticas características da educação física (independente da posição social e situação econômica), o indivíduo pode e deve adquirir saúde. Ou seja, ela se torna mais um instrumento na busca de uma sociedade livre de doenças infecciosas, agente de saneamento público e de qualquer vício que deteriore a saúde e o caráter do povo. Não são mais analisadas as condições que geram a miséria, as desigualdades e injustiças.

A necessidade de corpos fortes e saudáveis aptos à exploração capitalista impulsionou a escolarização das massas populares, especialmente os homens que deveriam ser cada vez mais produtivos. Para as mulheres que, no contexto dos anos 1920, no Brasil, não eram consideradas necessárias ao mundo do trabalho capitalista, não havia a preocupação de torná-las fortes fisicamente. Para elas eram indicadas atividades escolares que visavam reafirmar o destino que a sociedade lhes havia reservado: ser reprodutoras e futuras donas de casas.

A respeito dos tipos de atividades físicas relacionados com o pertencimento de classe social, Gallardo entende que

[...] embora os métodos higienistas ratificassem o domínio da burguesia branca, esta não via com bons olhos a implantação da atividade física (ginástica) obrigatória nos colégios em que seus filhos estudavam. Para as classes dominantes, o exercício físico era lazer, preenchimento do ócio e do tempo livre e não deveria ser elevado à mesma condição das atividades intelectuais que elas valorizavam. (1997, p.16)

Diferentes por natureza as atividades intelectuais estavam reservadas às classes dominantes que, entre outros privilégios, detinham a possibilidade de exercitar seus corpos por prazer e não a fim de adestrá-los para o trabalho. Aos olhos da burguesia, a exigência na escola era interpretada como redução do tempo escolar dedicado à apropriação dos conhecimentos e habilidades intelectuais. De outro lado, era uma forma de popularizar a prática de exercícios físicos que até então garantiam o preenchimento do tempo de ócio da burguesia.

Considerações Finais

Longe de pretender chegar a conclusões precipitadas, as breves indicações bibliográficas aqui realizadas permitem afirmar que as contradições inerentes à modernidade são constantemente atualizadas à medida em que o capitalismo penetra em espaços geográficos autóctones. Os próprios homens, movidos por interesses econômicos, vão gerando as condições de insalubridade (inexistentes em estágios anteriores) que implicam na tomada de medidas de saneamento. Contudo, essa explicação não aparece quando são adotadas medidas oficiais de proteção à saúde pública. As classes sociais excluídas passam a ser culpabilizadas pelas péssimas condições de higiene mediante as quais são obrigadas a viver. De modo que os capitalistas operam a magia de transformar o problema econômico da pobreza, miséria e indigência em questão de higiene.

As considerações deste documento também permitem compreender o uso da educação física com propósitos capitalistas. Autores diferentes contribuíram para se compor uma análise que focaliza o papel político e ideológico que a Educação Física, sob a forma de exercícios físicos, adquire no contexto da primeira revolução industrial, quando se pode falar em capitalismo. Nesse sentido, a escola pública, seja ela européia ou brasileira, assume a “missão” histórica de colonizar e “civilizar” os pobres e miseráveis dotando-os de uma higidez física compatível com o padrão requerido de produtividade capitalista.

Referências

- AZEVEDO, F. de. *Da Educação Física*. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960. v. 1.
- DOBB, M. *Evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- DUARTE, A. L. Domesticação e domesticidade: a construção das Exclusões. *Tempo Social*, USP, São Paulo, v. 4, p. 183-198, 1992.
- DURKHEIM, E. *Educação e Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- GALLARDO, J. S. Perez. *Educação Física: contribuições à formação profissional*. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 1997.
- GHIRALDELLI JUNIOR, P. *Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física brasileira*. São Paulo: Loyola, 1988.
- MARTINS, C. B. *O que é Sociologia?* São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Apres. Jacob Gorender, coord. Paul Singer, trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Os Economistas)
- MONARCHA, C. *A Reinvenção da cidade e da multidão - dimensões da modernidade brasileira: a Escola Nova*. São Paulo: Cortez, 1989.
- NOGUEIRA, M. A. Marx, o ensino e a cultura técnica. *Educação e Sociedade*, São Paulo, v. 28, dez. 1987.
- _____. *Educação, saber e produção em Marx e Engels*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- RAGO, M. *Do Cabaré ao lar, a utopia da cidade disciplinar – Brasil 1890- 1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- ROCHA, H. P. *Pedagogia da boa higiene: uma leitura do discurso médico-pedagógico nos anos 20*. [Trabalho apresentado na 19ª Reunião Anual da ANPED, Caxambu, setembro de 1996]. 1 disquete.
- SODRÉ, N. W. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

Physical education and hygiene

Abstract

The objective of the article is to perform a historic and sociological appreciation of the political and ideological role of the physical education especially after the introduction of the modern capitalism. It is a theoretical study of the living standards deterioration in modern cities as well as an overview of the capitalist goal to have physically apt workers to explore. Its conclusion, that the insalubrity was generated by the bourgeois self-interest, is superseded by the fact that very classes excluded become guilty of the lack of hygiene. At this point the physical education becomes an instrument of the capital. The relevance of the text is the historical and sociological points of view, which makes easy to establish the physical education in the cultural context as a science.

Key words: physical education, hygiene, social control, political function.

CAPELO, A. R.; CAPELO, M. R. C. Physical education and hygiene. *UNOPAR Cient., Ciênc. Hum. Educ.*, Londrina, v. 2, n. 1, p. 33-45, jun. 2001.

